

# Sucessos e insucessos

O que o relatório de andamento do BEPS tem a nos dizer

Considerando que a maior parte do Plano de Ação BEPS (*Base Erosion and Profit Shifting*) é composta por recomendações de melhores práticas e não por limites fixos, ele sempre será aplicado seletivamente e de formas diferentes em cada país.

Mesmo assim, a implementação já confundiu expectativas na medida em que muitas recomendações opcionais estão sendo adotadas e tendo sua aprovação acelerada por grandes economias globais. Essas mudanças legislativas devem ter um impacto significativo nas estruturas financeiras e operacionais, bem como nas alíquotas de impostos reais. Ao mesmo tempo, algumas das ações do BEPS que tinham o intuito de serem implementadas de forma universal e consistente, estagnaram devido ao momento político não propício, ou a falta de acordos internacionais sobre como elas devem ser aplicadas.

Portanto, quais aspectos do BEPS tiveram mais sucesso ao angariar apoio governamental, obtendo consenso internacional e cumprindo seus objetivos? Quais aspectos permanecem em construção? O que esses “sucessos” e “insucessos” para a implementação do BEPS dizem sobre o futuro provável do panorama fiscal internacional, e sobre os desafios resultantes que impactarão em seu negócio?



# Sucessos - relatório de país a país (CbC)

A adoção do relatório CbC em diversas economias globais, incluindo Canadá, China, Índia, Estados Unidos (EUA) e União Europeia (UE), significa que o BEPS, ou pelo menos uma de suas principais áreas (Ação 13), está a pleno vapor. No todo, mais de 100 países e jurisdições aprovaram normas mínimas, as quais incluem o CbC como parte do Quadro Inclusivo para adoção e implementação.<sup>1</sup>

A adoção do CbC é um marco importante para a transparência e a cooperação internacional na tributação de empresas. As medidas ganharam mais força com a exigência de trocar informações sobre decisões judiciais que possam gerar preocupações em relação ao BEPS.<sup>2</sup> Algumas economias, entre elas a UE, estão tentando ir mais longe abrindo a possibilidade de tornar pública a divulgação de certos aspectos dos relatórios CbC.<sup>3</sup>

## Uma longa estrada pela frente?

Portanto, o lançamento do CbC marca o começo de uma mudança maior, tendo o BEPS como norte e sobre como as empresas multinacionais são taxadas. O G20 permanece firmemente comprometido com uma “implementação eficaz, consistente e ampla” do BEPS.<sup>4</sup> Ainda assim, até hoje o progresso é confuso, já que a implementação de diversos artigos do BEPS enfrenta uma série de dificuldades em sua aplicação e nos ventos contrários do protecionismo, da política local e das prioridades econômicas. Existe até mesmo a possibilidade de o BEPS acabar se tornando pouco mais que um “CbC plus”, ou que seja implementado de forma tão seletiva e inconsistente que derrube o consenso e a colaboração internacional que pretendida promover. A análise que realizamos para este artigo aponta um resultado mais voltado a certos aspectos do BEPS que ganharam força, enquanto outros foram colocados de lado para serem tratados futuramente.

<sup>1</sup> Mais informações sobre o Quadro Inclusivo estão disponíveis no site da OCDE (<http://www.oecd.org/tax/beps/beps-about.htm>).

<sup>2</sup> Comunicado à imprensa da OCDE, 11 de julho de 2016 (<http://www.oecd.org/tax/beps/oecd-releases-standardised-it-format-for-the-exchange-on-tax-rulings-under-beps-action-5.htm>).

<sup>3</sup> Relatório do Parlamento Europeu, 12 de janeiro de 2017 ([http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2017/595867/EPRS\\_BRI\(2017\)595867\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2017/595867/EPRS_BRI(2017)595867_EN.pdf)).

<sup>4</sup> Communiqué, Reunião dos Ministros de Finanças e Presidentes dos Bancos Centrais do G20, Baden-Baden, Alemanha, 17 e 18 de março de 2017 ([http://www.mof.go.jp/english/international\\_policy/convention/g20/170318.pdf](http://www.mof.go.jp/english/international_policy/convention/g20/170318.pdf)).

## Linhas vermelhas e recomendações

Portanto, o que delimita as ações prioritárias para aqueles que estão no fim da fila? A categorização da OCDE é claramente importante, embora nem sempre seja um fator decisivo. Algumas das 15 ações são obrigatórias. Além do CbC e das exigências de divulgação de preços de transferências, os exemplos incluem o combate a práticas tributárias prejudiciais, prevenção de abuso no tratamento tributário e melhorias na resolução de conflitos tributários entre países.

Essas linhas vermelhas formam a base para as normas mínimas do Quadro Inclusivo.

Além dessas exigências obrigatórias mínimas há uma série de medidas desejadas, mas voluntárias, que abrangem áreas como regras para empresas estrangeiras controladas (CFC) (transferindo lucros para jurisdições com baixa carga tributária) e a divulgação de planejamentos fiscais agressivos. Além disso, existem medidas de abordagem comum, que pedem uma maior convergência entre diferentes jurisdições em áreas como restrições a deduções de juros em dívidas intra empresa, e o tratamento de instrumentos híbridos em acordos para evitar dupla tributação (*hybrid mismatch*)<sup>5</sup>. Novamente, essas abordagens comuns não são obrigatórias.

## Movendo-se a velocidades diferentes

Aparte do CbC, diversas jurisdições estão apenas começando a fazer suas avaliações e formular planos para implementar o BEPS nos seus mercados locais. Inevitavelmente, há uma urgência maior na implementação dos requisitos obrigatórios. Em contraste, diversas das recomendações ainda têm de sair da fase de planejamento, e estão longe de caminhar para uma adoção generalizada. A tributação de serviços digitais é um exemplo.

Mesmo assim, alguns países estão assumindo a dianteira. Entre os exemplos estão a Índia, que introduziu uma arrecadação equalizada, e a África do Sul, que introduziu um IVA sobre serviços eletrônicos, independentemente do processo BEPS. Além disso, a Diretiva Anti-evasão Fiscal da UE (ATAD) demonstra quão rapidamente desdobramentos que vão ao encontro do BEPS podem ser acordados e promulgados se houver pressão pública e vontade política suficiente. O lançamento da Convenção Multilateral e as negociações subsequentes deram força para a mudança, ao fornecer um mecanismo para os estados incluírem os aspectos acordados do BEPS nos seus tratados tributários bilaterais e multilaterais.<sup>6</sup>

O que a experiência até agora nos diz sobre as áreas do BEPS que estarão na primeira onda de implementação, e como elas serão aplicadas? Quais outras áreas provavelmente permanecerão em negociação ou na gaveta por mais tempo?

<sup>5</sup> Os *hybrid mismatches* incluem deduções duplas para a mesma despesa, deduções para uma despesa sem o recebimento correspondente ser totalmente tributado, ou uma entidade que seja transparente em um país, mas considerada uma entidade independente em outro, como as regras do chamado *check the box* dos EUA.

<sup>6</sup> Mais informações sobre a Convenção Multilateral estão disponíveis no site da OCDE (<http://www.oecd.org/tax/treaties/multilateral-convention-to-implement-tax-treaty-related-measures-to-prevent-beps.htm>).

# Avanços, paralisações e suas implicações

## Para onde o BEPS está indo?

### 1 Relatório CbC

Os governos e autoridades tributárias adotaram o relatório CbC como uma oportunidade de aumentar a transparência e promover maior compartilhamento de informações. A adesão dos EUA foi especialmente significativa.

O relatório CbC proporciona às autoridades tributárias informações novas e úteis sobre quais empresas devem virar alvo de investigação e auditoria, por revelar o nível de impostos pagos junto com o tamanho da força de trabalho em cada um dos principais territórios onde que elas atuam. A Austrália<sup>7</sup> e o Reino Unido<sup>8</sup> foram mais longe, exigindo que grandes empresas divulguem suas estratégias fiscais e a governança em torno delas. O Reino Unido é um caso notável por dar acesso público a essas informações.

#### Implicações da implantação do BEPS

Os acordos em torno do CbC podem fornecer um modelo para ampliar o consenso em outras áreas de cooperação internacional, tais como arbitragem obrigatória (Ação 14, Solução de Controvérsias).

#### Ações

Na esteira do CbC, as estruturas tributárias agora estão mais visíveis, tornando o planejamento agressivo mais difícil de justificar para os conselhos de administração.

É importante pensar em como as estruturas tributárias existentes podem precisar ser modificadas ou eliminadas.

Também é importante pensar sobre como suas estratégias tributárias e os riscos associados a elas provavelmente serão encarados pelas autoridades tributárias, quando elas estiverem escolhendo quais empresas mirar. A necessidade de garantir que as operações locais entendam e sigam a estratégia geral exige mais comunicação e colaboração entre as equipes tributárias da matriz e da subsidiária.

### 2 Diretiva Anti-evasão Fiscal da UE (ATAD)

A ATAD 1 está trazendo aspectos importantes do BEPS para a legislação da UE e dos estados-membro, incluindo o relatório CbC, restrições para a dedução de juros, regras comuns para os regimes de *patent box* e ações para lidar com o *hybrid mismatch*.<sup>9</sup> De forma crucial, a ATAD 2 leva isso mais longe ao ampliar o alcance sobre a prática de *hybrid mismatch* para acordos envolvendo países de fora da UE.

#### Implicações da implantação do BEPS

Os ministros de finanças da UE sofreram pressão do Parlamento Europeu e do público para promulgar e acelerar a vigência do BEPS por meio da ATAD. A ATAD 2 foi firmada apenas quatro meses depois de a Comissão Europeia apresentar a proposta, demonstrando quão rapidamente é possível avançar quando há pressão pública e o momento político certo.

De forma significativa, a ATAD adota algumas das melhores recomendações de boas práticas (regras CFC) e abordagens comuns (restrições a deduções de juros) em suas exigências mínimas. Ela também explora a possibilidade de um CbC público, por meio do qual as multinacionais devem publicar um conjunto de fatores e números definidos que proporcione um quadro geral da posição do seu imposto de renda pessoa jurídica. Os limites para os tamanhos de empresa sendo propostos são muito menores que os das recomendações da OCDE, criando a perspectiva de que empresas médias possam ser colocadas no mesmo barco das maiores empresas mundiais.

Tanto o CFC como as restrições à redução de juros se saíam muito bem em uma análise do custo-benefício da implementação do BEPS de uma autoridade tributária. E, embora não obrigatórias, essas medidas estarão no topo da lista de prioridades de muitos países e regiões, se é que já não estão. As economias mais desenvolvidas já contam com regras CFC, mas restrições à capitalização e endividamento foram aplicadas de forma desigual no passado. Os novos dispositivos sobre juros representam uma grande mudança para as empresas e, talvez, deem início a uma nova era na qual o endividamento empresarial é considerado inerentemente “ruim” em comparação com o financiamento de capital próprio.

<sup>7</sup> Secretaria Tributária Australiana (<https://www.ato.gov.au/Business/Large-business/In-detail/Key-products-and-resources/Tax-risk-management-and-governance-review-guide/?page=2>).

<sup>8</sup> HM Revenue and Customs (<https://www.gov.uk/guidance/large-businesses-publish-your-tax-strategy>).

<sup>9</sup> Comissão Europeia ([https://ec.europa.eu/taxation\\_customs/business/company-tax/anti-tax-avoidance-package/anti-tax-avoidance-directive\\_en](https://ec.europa.eu/taxation_customs/business/company-tax/anti-tax-avoidance-package/anti-tax-avoidance-directive_en)).

“Embora o Brexit possa garantir flexibilidade a uma abordagem niveladora em relação ao BEPS na Europa, o Reino Unido é visto com mérito como um líder na reforma da taxação internacional, e as empresas não devem esperar um tratamento leve do governo britânico.”

**Wendy Nicholls**

Sócio

Grant Thornton, Reino Unido

A ATAD fornece um modelo possível para construir um consenso e uma implementação flexível em outras regiões, como a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Ela abre espaço suficiente de interpretação e adaptação em nível local - parte disso sendo resultado das modificações necessárias para garantir adesão política do Conselho de Assuntos Econômicos e Financeiros da UE (ECOFIN). Ela estabelece um padrão mínimo, permitindo que os estados-membro desenvolvam outras regras sobre essa base. Entre as variações significativas que provavelmente permanecerão estão os limites de qualificação menores para as exigências de divulgação em alguns estados da UE.

#### Ações

Como resultado da ATAD 1 e da ATAD 2, uma grande parte do BEPS está destinado a se tornar uma realidade operacional para as organizações da UE, tanto nas operações da UE e, mais importante, em suas negociações com outros países.

Limitações para operações de *hybrid mismatch* e as novas regras de dedução de juros exigem uma revisão e possível reformulação das estruturas operacionais e financeiras. Embora empresas que façam uso extensivo de financiamento de dívidas serão especialmente afetadas pelas regras do BEPS, algumas empresas podem ter operações híbridas não intencionais que elas precisarão verificar em suas estruturas, de modo a evitar penalidades por abuso.

É necessário confirmar também se o local de estabelecimentos permanentes (PEs) e a base tributária para inovação e propriedade intelectual refletem a substância das suas operações.

“Antes de implementar algumas das ações do BEPS, os países podem estar aguardando para ver o impacto das reformas tributárias nos EUA, para que não prejudicar a competitividade internacional das suas próprias multinacionais.”

## Onde o BEPS está estagnando?

Alguns aspectos do BEPS ainda estão em consulta internacional sobre como eles devem ser aplicados na prática.

Parte do atraso reside na rispidez técnica de algumas das medidas - um exemplo é o caso dos ativos intangíveis de difícil mensuração. Ainda falta uma orientação clara em áreas importantes do preço de transferência para PEs, e como os lucros devem ser atribuídos a filiais estrangeiras. Em nossa visão, se as regras de preços de transferência forem aplicadas corretamente, haverá pouco a ser ganho pela identificação de uma infinidade de PEs extra, já que o lucro local adicional geralmente seria insignificante. Infelizmente, contudo, isso não impedirá que alguns países argumentem que atividades locais limitadas e o trabalho feito por viajantes a negócios possam gerar uma obrigação tributária local.

De forma semelhante, medidas projetadas para garantir regras tributárias que são mais relevantes para a economia digital não tiveram nem urgência nem direção e, por enquanto, foram colocadas no cesto das medidas “muito difíceis” para a maioria dos países.

### Implicações da implantação do BEPS

A priorização baseada no custo-benefício de certos aspectos do BEPS provavelmente obstruirá outras medidas difíceis de aprovação e implementação na primeira onda. Mas assim que os benefícios rápidos se esgotarem, os governos podem visitar essas áreas mais complicadas em busca de novas oportunidades de receita.

#### Ações

Considerando a escala do BEPS, é importante distinguir as áreas de grande risco para a sua empresa que exigem atenção urgente, daquelas que podem esperar ou serem tratadas mais tarde. Ao mesmo tempo, é importante visitar regularmente essas avaliações. Embora certos aspectos das recomendações do BEPS estejam, no momento, no fim da fila da implementação, elas podem ressurgir mais tarde. O risco de ser pego no flagra aumenta em casos nos quais as declarações de impostos anteriores serem questionadas, ou ainda estão abertas para análise da autoridade tributária. Um risco de prazo maior fica desprotegido quanto maior for a avaliação potencial, as penalidades e os juros.

## Onde o BEPS está se fragmentando?

Embora um dos principais objetivos do Plano de Ação BEPS seja trazer maior consistência às regras tributárias das multinacionais, os arquitetos do plano reconheceram a necessidade de flexibilidade para adaptar as medidas aos objetivos da política tributária local. Mas já estamos assistindo a uma fragmentação muito maior do que a OCDE previu. Mesmo na área da documentação dos preços de transferência, na qual os conceitos de arquivo principal e arquivo do país local são muito claros e simples, alguns países estão inserindo seus próprios ajustes e exigências, o que pode trazer mais ônus tributários indesejados às empresas. E, até o momento, os EUA resistiram a fazer essas mudanças, argumentando que seus próprios requisitos de documentação em vigência são suficientes e bem alinhados às recomendações BEPS da OCDE.

Embora a maioria tenha sido até agora lenta e limitada na implementação da maioria dos aspectos do Plano de Ação exceto pelo CbC, outros assumiram a dianteira. E a legislação resultante geralmente vai muito mais longe que as recomendações. Entre os exemplos estão as exigências de documentação de preço de transferência<sup>10</sup> da África do Sul, além da legislação de imposto sobre o lucro do Reino Unido e da Austrália<sup>11</sup> para combater o abuso das regras PE.

### Implicações da implantação do BEPS

Quanto mais devagar se move a maioria, mais os países discordarão e chegarão às suas próprias interpretações locais das recomendações. Em vez de maior consistência, o resultado real pode ser uma colcha de retalhos de regras locais ainda mais complexo. Embora alinhados às regras do BEPS, os resultados da Convenção Multilateral podem aumentar a divergência e a complexidade no entendimento das empresas.

#### Ações

A fragmentação e as diferentes velocidades de implementação fazem necessário ficar atento aos desdobramentos locais e suas implicações. Assim como com o CbC, isso exige mais comunicação e colaboração entre as equipes tributárias dos grupos e das subsidiárias.

<sup>10</sup> Documentação obrigatória de transferência de preços, 16 de novembro de 2016 ([www.grantthornton.co.za/insights/articles/transfer-pricing-documentation-now-compulsory-and-more](http://www.grantthornton.co.za/insights/articles/transfer-pricing-documentation-now-compulsory-and-more)).

<sup>11</sup> Desafios tributários crescentes para organizações globais, 2016 ([www.grantthornton.com.au/en/client-alerts/2016/increasing-tax-challenges-for-global-organisations](http://www.grantthornton.com.au/en/client-alerts/2016/increasing-tax-challenges-for-global-organisations)).

# Pronto ou não, lá vem ele

Portanto, embora a implementação do BEPS ainda tenha um longo caminho pela frente, padrões estão começando a surgir. Os países que estão promulgando as ações do BEPS mais rapidamente são aqueles que estão sentindo maior pressão pública para a reforma tributária. As ações do BEPS no topo da lista são aquelas que provavelmente terão o maior impacto, tanto de uma perspectiva de geração de renda, quanto política.

Muitos países têm imposto restrições severas ao *hybrid mismatch* de forma independente, limitaram as deduções de juros e, por meio das regras CFC atualizadas, reduziram a transferência dos lucros para jurisdições com carga tributária menor. Mesmo assim, nenhuma dessas medidas eram requisitos mínimos conforme previsto no Plano de Ação do BEPS e, para que elas funcionem de forma efetiva, é necessário algum nível de cooperação internacional. O resultado das negociações do Instrumento Multilateral nos dará uma ideia do apetite por cooperação internacional.

A harmonização obtida pela diretiva ATAD 1 e 2 da UE demonstra que, onde o momento político é propício, é possível chegar a um consenso rapidamente. Contudo, independente do que for firmado, é provável que os governos continuem a selecionar as ações do BEPS que mais repercutem em sua jurisdição. Por agora, ao menos, é provável que as empresas precisem continuar a monitorar os desdobramentos do BEPS jurisdição a jurisdição.

## Navegando pelo caminho à frente

Sua organização está atualizada? Uma pesquisa que conduzimos no ano passado revelou que mais de três quartos das empresas participantes não havia mudado sua abordagem tributária, para adequá-la ao BEPS.<sup>12</sup> Considerando a quantidade de reavaliação estratégica, reestruturação financeira e outras tarefas árduas que provavelmente serão necessárias, é importante colocar mãos à obra o mais rápido possível, caso ainda não o tenha feito. Igualmente urgente é reforçar a governança e a gestão de risco tributário necessárias para navegar pelos níveis de fiscalização que estão aumentando tanto em intensidade, quanto em coordenação entre jurisdições. Mundialmente, a implementação do BEPS é fragmentada, mas isso não evita que as autoridades fiscais cassem em bando.

Com outras mudanças radicais no horizonte, desde as reformas tributárias planejadas nos EUA, até a reestruturação relacionada ao Brexit, os impostos estão agora no centro da complexidade e ambiguidade com qual todas as multinacionais se deparam. Portanto, é vital que sua empresa tenha uma visão clara e abrangente do trabalho por fazer em relação aos impostos, e a melhor forma de fazê-lo. Nós podemos ajudar. Se você quiser discutir qualquer uma das áreas realçadas neste artigo, entre em contato conosco pelo site [www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br).

<sup>12</sup> Comunicado à imprensa da Grant Thornton, 20 de setembro de 2016 (<https://www.grantthorntonglobal/en/press/press-releases-2016/beps-sept-16-release/>).



**Grant Thornton**  
An instinct for growth™

© 2017 Grant Thornton International Ltd. Todos os direitos reservados.

O nome "Grant Thornton se refere à marca sob a qual as firmas-membro da Grant Thornton prestam serviços de auditoria, impostos e consultoria para seus clientes e / ou se refere a uma ou mais empresas-membro, conforme o contexto exige. A Grant Thornton International Ltd (GTIL) e as firmas-membro não constituem uma parceria mundial. A GTIL e cada firma-membro é uma entidade legal separada. Os serviços são prestados pelas firmas-membro. A GTIL não presta serviços a clientes. A GTIL e suas firmas-membro não são agentes de, e não obrigam, uma ou outra, além de não serem responsáveis pelos atos ou omissões umas das outras.